



**PREGÃO PRESENCIAL
Nº 011/2017 - REPUBLICAÇÃO**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA
CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO
COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO
MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS-GO**

**CHEQUE-MORADIA DO CONVÊNIO AGEHAB Nº
201601000045 - PROCESSO Nº 1351/2014
E RECURSO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO**

(Exclusivo para ME e EPP)

**Conforme exigência das Leis Complementares
nº 123/2006 e 147/2014.**

“Com Tratamento: Favorecido, Diferenciado e Simplificado – ME e EPP”



ÍNDICE GERAL

DO EDITAL:

- Item 01..... Do Preâmbulo;
- Item 02..... Dos Esclarecimentos e da Obtenção do Edital;
- Item 03..... Da Impugnação do Edital;
- Item 04..... Do Objeto;
- Item 05..... Do Valor Médio Total Estimado;
- Item 06..... Das Condições de Participação;
- Item 07..... Do Credenciamento;
- Item 08..... Da Apresentação dos Envelopes;
- Item 09..... Das Propostas de Preços;
- Item 10..... Dos Critérios de Julgamento;
- Item 11..... Dos Lances;
- Item 12..... Da Negociação;
- Item 13..... Do Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado ME e EPP;
- Item 14..... Dos Documentos de Habilitação;
- Item 15..... Da Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- Item 16..... Da Documentação Complementar;
- Item 17..... Da Qualificação Técnica e Econômica Financeira;
- Item 18..... Dos Recursos;
- Item 19..... Da Adjudicação e Homologação do Certame;
- Item 20..... Da Entrega e Aceitação dos materiais;
- Item 21..... Do Pagamento;
- Item 22..... Da Dotação Orçamentária;
- Item 23..... Do Prazo de Execução e da Vigência do Contrato;
- Item 24..... Das Obrigações das Partes;
- Item 25..... Da Prorrogação;
- Item 26..... Das Alterações e Aditamentos;
- Item 27..... Dos Critérios de Reajustes e Reequilíbrio Econômico-Financeiro;
- Item 28..... Da Inexecução e da Rescisão Contratual;
- Item 29..... Das Sanções Administrativas;
- Item 30..... Das Penalidades e Multas;
- Item 31..... Das Disposições Gerais do Edital.

DOS ANEXOS:

- Anexo I..... Termo de Referência do Edital;
- Anexo II..... Modelo de Procuração – **No Credenciamento;**
- Anexo III..... Modelo de Declaração de Habilitação – **No Credenciamento;**
- Anexo IV..... Modelo Simples de Declaração de ME ou EPP – **No Credenciamento;**
- Anexo V..... Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo VI..... Modelo de Declaração (art. 7º, XXXIII CF) – **Na Habilitação;**
- Anexo VII..... Modelo de Declaração de Fato Impeditivo – **Na Habilitação;**
- Anexo VIII..... Modelo de Decl. de Elab. de Proposta Independente – **Na Habilitação;**
- Anexo IX..... Declaração de Renúncia a Pretensão Recursal;
- Anexo X..... Minuta do Instrumento de Contrato;
- Anexo XI..... Mapa.



O PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVA A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA COM VISTAS À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS, À TÍTULO DE CONTRAPARTIDA DO CONVÊNIO AGEHAB N° 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2521/2017.

MODALIDADE: PREGÃO

FORMA: PRESENCIAL N° 011/2017

TIPO JULGAMENTO: MENOR PREÇO

ADJUDICAÇÃO: POR LOTE

EXCLUSIVO PARA: MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

TRATAMENTO: FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO ME / EPP

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/09/2017

HORÁRIO: 09:00 HORAS

LOCAL: SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS-GO.

End: Rua Dorcília Cândida de Jesus, n° 02, Centro, CEP. 75.730-000, Davinópolis-GO.

1.0. DO PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS-GO, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua Dorcília Cândida de Jesus n° 02, Centro, CEP. 75.730-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **01.130.277/0001-00**, torna público que realizará no dia **05/09/2017, às 09:00 horas**, licitação na modalidade **Pregão n.º 011/2017**, na forma **Presencial**, do tipo **Menor Preço**, com adjudicação e aceitabilidade do valor **por LOTE**, com execução **Indireta**, de forma **Parcelada**, em sessão pública a ser realizada no endereço retro, cujo objetivo será a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com vistas a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS**, à título de contrapartida da AGEHAB n° 201601000045 - Governo do Estado de Goiás e Contrapartida do Município, conforme especificado no **Anexo I - Termo de Referência do edital**.

1.2. Este certame será regido pelas regras deste edital e pela Lei Federal n°. 10.520 de 17 de julho de 2002, c/c Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se supletivamente as regras da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

1.3. O PRESENTE PROCEDIMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017 É ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2521/2017 e ainda:

1.3.1. REFERE-SE À CONTRAPARTIDA DO CONVÊNIO AGEHAB N° 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS E RECURSO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO.

1.4. A licitação será processada pela **Pregoeira e Equipe de Apoio**, nomeados através do **Decreto n.º 057/2017**, publicado em local apropriado para as publicações oficiais dos atos da Administração Municipal (Placard) **em 13 de janeiro de 2017.**



1.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF, e dessa forma serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

2.0. DOS ESCLARECIMENTOS E OBTENÇÃO DO EDITAL:

2.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a **eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos** deverá ser encaminhado, por escrito, à **Pregoeira ou Equipe de Apoio**, no endereço **Rua Dorcília Cândida de Jesus nº 02, Centro, CEP. 75.730-000, Davinópolis, Goiás, via e-mail: cpldavinopolis@gmail, com ou pelo Fone/Fax (64) 3697-1203, das 08h00min às 11h00min e das 12hs00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até 02 (dois) dias útil imediatamente anterior à data de julgamento das propostas.**

2.2. A obtenção integral do Edital e seus anexos poderá ser feita no endereço retro, e no site oficial do Município: www.davinopolis.go.gov.br.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

3.0. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

3.1. As impugnações deverão ser formalmente protocolizadas junto a Comissão Permanente de Licitações na sede administrativa do Município no endereço: Rua Dorcília Cândida de Jesus nº 02, Centro, CEP. 75.730-000, **até o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame**, devendo a Pregoeira julgar e responder à impugnação, **no prazo de até 24 horas** sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da Lei Federal 8.666/93.

3.2. No ato de autuação da impugnação é obrigatória à apresentação dos comprovantes de legitimidade nos termos do **item 7.3 deste Edital**.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o **segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

4.0. DO OBJETO:

4.1. O presente Procedimento de Pregão objetiva a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS**, relativo à **CHEQUE-MORADIA DO CONVÊNIO AGEHAB Nº 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS E RECURSO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO** em conformidade com as descrições e detalhamentos constantes do **Anexo I - Termo de Referência** do edital, parte integrante deste expediente.

5.0. DO VALOR MÉDIO TOTAL ESTIMADO:

5.1. O Valor Médio Total Estimado para Aquisição dos Materiais objeto deste procedimento será da ordem de **R\$ 98.741,15** (noventa e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e quinze centavos).



5.2. Foram efetuados Levantamentos de Preços, que nortearão a Pregoeira quanto à aceitabilidade dos valores, não podendo EM NENHUMA HIPÓTESE o valor da aquisição ultrapassar o valor máximo total orçado para cada LOTE.

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME:

6.1.1. Poderão participar do certame todas as empresas enquadradas nas categorias de MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL – MEI, nos termos do Art. 1º, caput, c/c Art. 5º, ambos do Decreto Municipal n.º 065 de 17 de janeiro de 2017, que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, e que preencham as condições de credenciamento constantes deste edital, em face das premissas estabelecidas no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação da Lei Complementar nº 147/2014.

6.1.2. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Administração não será em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

6.1.3. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e das leis aplicáveis.

6.1.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração (Pregoeira, Equipe de Apoio e Comissão de Licitação), ou publicação em órgão da imprensa oficial, e por cópia simples para a documentação que possuir código de autenticação oficial devidamente regulamentado.

6.1.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas, os LICITANTES CREDENCIADOS PRESENTES, a Pregoeira, os membros da Equipe de Apoio e facultativamente os demais presentes, desde que não gere tumulto ou impeça a escorreita persecução do certame, fato que será avaliado e decidido pela Pregoeira.

6.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME:

6.2.1. Empresa em processo de falência ou recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.2.2. Que tenha sido declarada impedida de licitar com qualquer unidade gestora da administração pública de Davinópolis, Goiás, ou inidônea pela Administração Pública, Municipal, Estadual ou Federal e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

6.2.3. Que esteja reunida em consórcio ou coligação;

6.2.4. Sindicatos e Associações, conforme orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás IN n.º 003/2015;

6.2.5. Empresas que não sejam enquadradas como beneficiárias da Lei complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.



6.2.6. O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES MUNICIPAIS, BEM COMO AS PESSOAS LIGADAS A QUALQUER DELAS POR MATRIMÔNIO OU PARENTESCO, AFIM OU CONSANGUÍNEO ATÉ O SEGUNDO GRAU, OU POR ADOÇÃO, NÃO PODERÃO CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, SUBSISTINDO A PROIBIÇÃO ATÉ 06 (SEIS) MESES DEPOIS DE FINDAS AS RESPECTIVAS FUNÇÕES, conforme disposto no art. 92, caput, da Lei Orgânica do município de Davinópolis, estado de Goiás.

7.0. DO CREDENCIAMENTO FORMAL E ABERTURA DA SESSÃO:

7.1. Os interessados deverão comparecer no dia, horário e local designado, **PREFERENCIALMENTE COM 15 (QUINZE) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, uma vez que NÃO HAVERÁ TOLERÂNCIA** em relação ao horário designado para o início da sessão.

7.2. Será efetivado em etapa prévia um procedimento FORMAL, visando à identificação do responsável pela representação da licitante, que lhe outorgue poderes para a formulação de proposta, e demais atos inerentes ao certame, conforme disposição contida no art. 4º, VI, da Lei Federal 10.520/2002.

7.2. O interessado ou seu representante deverá identificar-se mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.2.1. Se por membro da composição societária, munido de cópia do Ato Constitutivo, Estatuto (**composição da diretoria**) ou Contrato Social e sua última alteração (se for o caso), devidamente **autenticado** ou com certificação digital que permita validação eletrônica, **que lhe confira poderes expressos** para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, **exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto** devidamente **autenticado**.

7.2.2. Se por outra pessoa, mesmo da composição societária, que não tenha na composição da diretoria, Estatuto ou Contrato Social **poderes expressos** para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, cópia do Ato Constitutivo, Estatuto (**composição da diretoria**) ou Contrato Social e sua última alteração (se for o caso), devidamente **autenticado** ou com certificação digital que permita validação eletrônica, e instrumento de **procuração particular ou público**, devidamente **reconhecido firma**, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, **conforme modelo no ANEXO II**, exibindo a **carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto** devidamente **autenticado**.

7.3. O responsável pela representação da licitante, enquadrada como MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 e Decreto Municipal n.º 065/2017, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS - Das Aquisições Públicas da referida Lei, é necessário à apresentação no ato do credenciamento de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º)** comprovando o enquadramento na categoria de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, lembrando que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade;



b) **Certidão ou Comprovação emitida pela internet (www.receita.fazenda.gov.br), de Optante pelo Simples**, comprovando o enquadramento na categoria de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, lembrando que seus dados serão conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente ou ainda se necessário;

c) **Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, ou equivalente da sede da Empresa, para as empresas inscritas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, comprovando o enquadramento na categoria de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** ou.

d). **Simples declaração** afirmando que a empresa se enquadra na condição de beneficiários das prerrogativas da lei complementar 123/2006, assinada pelo representante da empresa ME ou EPP conforme modelo no **Anexo IV**, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3.1. As certidões ou comprovações descritas nas letras acima deverão possuir data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.3.2. Apresentar a Declaração de Habilitação, conforme modelo do **ANEXO III**.

7.4. Estará disponível anexo ao edital 01 (uma) planilha eletrônica do Excel, que poderá ser preenchida, **sem alteração**, em meio magnético e gravada em PEN DRIVE NA **VERSÃO (EXCEL 97-2003)**, o qual deverá ser identificado com o nome ou características da proponente, e entregue no ato do credenciamento.

7.5. Após o horário estipulado para a abertura do certame conforme disposto no edital, não mais será admitida à participação de outros Proponentes.

7.6. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 7.0 deste (**Credenciamento Formal e Abertura as Sessão**), terão poderes para formular verbalmente na sessão, lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente.

7.7. Os licitantes deverão promover INDIVIDUALMENTE as avaliações documentais e interpelações de impugnação de habilitação e propostas, sendo vedado a comunhão de mais de um licitante para qualquer tipo de pronúncia, análise de documentos, reclamação ou impugnação, visando evitar eventuais tumultos e condutas antiéticas por parte dos mesmos.

7.8. Estando de posse da relação dos Licitantes, a Pregoeira fará divulgação verbal das empresas, após procederá ao recebimento dos envelopes “**Proposta de Preços**” e “**Documentos de Habilitação**” e abertura e avaliação do primeiro, para que atendidas as exigências editalícias os **proponentes classificados** possam ofertar lances sucessivos durante a sessão do pregão, observados as premissas do art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002.

7.9. O licitante que em qualquer fase do certame, pretender se retirar antes do término da sessão, assinará Declaração de Renúncia de Pretensão Recursal - Anexo IX, e se absterá de exercer os direitos de pretensão recursal e de rubricar os documentos remanescentes à sua ausência.



8.0. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

8.1. As Proponentes deverão entregar os envelopes de **proposta de preços e de documentação de habilitação**, devidamente fechados de forma indevassável, com os dizeres na parte externa e frontal.

ENVELOPE N° 01 PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017 NOME DA EMPRESA: _____ CNPJ: _____ REPRESENTANTE LEGAL: _____ TELEFONE: _____
ENVELOPE N° 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017 NOME DA EMPRESA: _____ CNPJ: _____ REPRESENTANTE LEGAL: _____ TELEFONE: _____

9.0. ENVELOPE N° 01 - “DAS PROPOSTAS DE PREÇOS”.

9.1. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análise de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Licitantes.

9.2. Na “Proposta de Preços” **HAVERÁ necessidade de constar a indicação da MARCA/FABRICANTE/ORIGEM dos produtos**, a qual deverá ainda:

9.2.1. Ser redigida **preferencialmente em papel timbrado da empresa ou em papel liso com carimbo**, assinada e datada pelo representante legal da Proponente.

9.2.2. Indicar a razão social da Proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), exemplificativo, somente para identificação do licitante.

9.2.3. Informar na Proposta a **SUA VALIDADE que NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS.**

9.2.4. Ser apresentada com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando até **02 (duas) casas decimais** após a vírgula, **exibindo o valor de cada LOTE, bem como apresentar o valor total da proposta em algarismo.**

9.2.5. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, impostos, taxas, encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.



9.3. As Propostas que atenderem aos requisitos do edital e seus anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Pregoeira da forma seguinte:

9.3.1. Erros de transcrição das quantidades previstas: será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

9.3.2. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

9.4. A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob as formas decimais, precedidas da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

9.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

9.6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.3.1. Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

9.3.2. Os licitantes credenciados cujas propostas **não se classificarem** para a fase de lances verbais em uma das formas estabelecidas no art. 4º, VIII ou IX, da Lei Federal 10.520/2002, serão considerados inaptos para a participação na fase de lance, podendo ser reconduzidos ao processo no caso de inabilitação dos licitantes que participaram da fase de disputa verbal ou ainda não atenderem as disposições editalícias inerentes a documentação de habilitação.

9.3.3. Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

9.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS INICIAIS PARA ETAPA DE LANCES:

9.4.1. A Pregoeira procederá à **CLASSIFICAÇÃO** da oferta de **menor preço em cada LOTE**, e aquelas que tenham valores sucessivos e **superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço**, nos termos do art. 4º, VIII, da Lei Federal 10.520/2002 para participarem dos lances verbais.

9.4.2. Caso não haja ao menos de três ofertas nas condições definidas no **Item 9.4.1**, serão convocados os autores das melhores propostas até o máximo de três, qualquer que tenham sido os valores oferecidos, nos termos do art. 4º, IX, da Lei Federal 10.520/2002.

9.4.3. Independente da forma de classificação dos licitantes, conforme indicado nos Itens 9.4.1 e 9.4.2, abrirá a etapa de lances verbais e sucessivos.

9.4.4. Para efeito de classificação das propostas, as de igual valor serão consideradas como equivalentes, sendo todas classificadas nos termos dos itens 9.4.1. ou 9.4.2.

9.4.5. Como o julgamento e classificação das propostas, será adotado critério **MENOR PREÇO**.

10.0. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:



10.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos do Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.2. Caso a empresa vencedora seja declarada **INABILITADA** por não atender os requisitos editalícios inerentes à documentação de habilitação, **EXCETO** (documentação tributária ME e EPP - **Item 13.0.**) A Pregoeira examinará a documentação das empresas detentoras das ofertas classificadas na ordem subsequente até uma que atenda ao edital nos termos do art. 4º, XVI, sem prejuízo das sanções à empresa inabilitada, podendo a pregoeira negociar diretamente com o proponente para que possa obter preço melhor, nos termos do art. 4º, XVII, da Lei Federal 10.520/2002.

10.3. Caso todas as empresas classificadas sejam declaradas **INABILITADAS**, não se aplicará a disposição estatuída no **art. 48, § 3º, da Lei Federal 8.666/93**, sendo obrigatória a republicação do certame.

11.0. DOS LANCES:

11.1. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

11.2. Os lances deverão ser sempre inferiores ao anterior, e **poderá ser acordado entre os licitantes e a pregoeira**, um valor mínimo de redução nos lances.

11.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão da Licitante da etapa de lances verbais, e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

12.0. DA NEGOCIAÇÃO:

12.1. A pregoeira poderá negociar com as demais licitantes, observadas a ordem de classificação, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

12.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

12.3. Caso não se realize lances verbais, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a pregoeira poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço visando aceitabilidade dos preços em detrimento dos levantamentos prévio de preços.

12.4. Caso a negociação com o licitante da proposta classificada em primeiro lugar se torne inexitosa em detrimento da não aceitabilidade dos preços, a pregoeira justificará tal decisão e poderá examinar as ofertas subsequentes na ordem classificatória de forma sucessiva até a obtenção de uma que atenda o edital.

13.0. DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME E EPP:

13.1. Será concedido neste procedimento administrativo **Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL**, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei



Complementar nº 147/2014, e no art. 1º, c/c 5º do Decreto Municipal nº 065, de 17 de janeiro de 2017, nos seguintes termos:

13.1.1. Para efeito do Decreto Municipal nº 065/2017, considera-se:

13.1.1.1. Âmbito Local – os limites geográficos do Município de Davinópolis-GO.

13.1.1.2. Âmbito Regional – os limites geográficos da microrregião de Catalão, sendo as cidades: Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observada a disposição contida na Resolução da Presidência (PR) nº 11, de 5 de junho de 1990, que divide o Estado de Goiás em 18 microrregiões geográficas, conforme mapa em **Anexo XI**.

13.1.1.3. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do art. 1º, III, do Decreto Municipal nº 065/2017.

13.2. Fica assegurado o direito de preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, cujas ofertas apresentadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento), superiores ao menor preço apresentado por ME ou EPP não sediados no âmbito LOCAL OU REGIONAL, apurada após a fase de lances, nos termos do art. 2º, parágrafo único c/c 5º, caput, ambos do Decreto Municipal nº 065/2017.

13.3. Ocorrendo o empate, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar, em até 05 (cinco) minutos, **lance verbal** inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que será considerado vencedor do certame e apto à adjudicação.

13.3.1. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma Item 13.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.0. ENVELOPE Nº 02 - “DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

14.1. A licitante deverá apresentar dentro do **envelope documentação**, os seguintes documentos:

14.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social em vigor, devidamente registrado**, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.1.1.3. Inscrição de Ato Constitutivo, **no caso de sociedades civis**, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício;

15.0. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** do Ministério da Fazenda (www.receita.fazenda.gov.br) **com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias;**

15.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pelo Órgão responsável **da Sede da empresa participante e da Sede do Município licitador;**

15.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede (www.sefaz.go.gov.br);

15.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através de **Certidão Negativa** de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **abrangendo as Contribuições Sociais**, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

15.5. Prova de regularidade junto ao **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (www.caixa.gov.br), em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

15.6. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – **CNDT**, expedida Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br).

15.7. Declaração de que a Licitante atende ao requisito do Inciso **XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal**, conforme modelo **do ANEXO VI.**

15.8. Declaração de Fato Impeditivo de ME e EPP, conforme modelo **do ANEXO VII.**

15.9. Declaração de Elaboração de Proposta Independente, conforme modelo **do ANEXO VIII.**

15.10. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

15.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando sempre as disposições do art. 42 e 43, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o disposto no art. 5º, da Instrução Normativa n.º 001/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

15.11. Havendo alguma **restrição** na comprovação da regularidade fiscal, **será assegurado o prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **podendo ser prorrogado por igual período**, a critério da Administração Pública, **para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito**, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, **conforme disposto no art. 43, § 1º da LC nº 147/2014.**

15.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções** previstas no Art. 81 da



Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.0. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

16.1. Deverá ser apresentado **Alvará de Licença de Funcionamento** da empresa, expedida pelo Município onde a licitante tem a sua sede, como condição para assinatura de ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou INSTRUMENTO DE CONTRATO, podendo, todavia, apresentar a referida documentação de forma prévia no envelope de HABILITAÇÃO.

17.0. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONÔMICA FINANCEIRA:

17.1. Em detrimento das características do objeto não será exigido nenhuma documentação inerente a Qualificação Técnica exigida no Art. 30 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

17.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

17.2.1. Certidão abarcando inoccorrência de **“Falência e Recuperação Judicial”** expedida pelo **Cartório Distribuidor do domicílio do licitante** ou **Certidão de TODAS AS COMARCAS**, obtida junto ao **Tribunal de Justiça do Estado**.

17.2.2. A referida certidão deverá conter expressamente em seu conteúdo, a **tratativa de inexistência de processo de Falência e Recuperação Judicial, DE FORMA CONJUNTA OU INDIVIDUAL.**

18.0. DOS RECURSOS:

18.1. Declarada à vencedora, qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em Ata, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões, **em igual prazo**, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

18.2. O recurso contra a decisão do Pregoeira terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido a Autoridade Superior, por intermédio do Pregoeira, que prestará as informações no prazo de **03 (três) dias**, cabendo o mesmo **julgá-lo em igual prazo.**

18.3. O acolhimento do recurso pela pregoeira ou pela Autoridade Superior importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4. Acatado(s) o(s) recurso(s) pela pregoeira ela procederá á adjudicação do objeto à Proponente vencedora.

18.5. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

18.6. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação via e-mail e publicada no site oficial do município.



18.7. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, devesse ser assinada pelo a pregoeira, licitantes Credenciados presentes e membros da equipe de Apoio.

19.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

19.1. Avaliado a classificação e aceitabilidade da proposta e apreciada a documentação de habilitação, será o objeto do certame **adjudicado pela Pregoeira** ao licitante de melhor proposta, nos termos do **Art. 3º, IV**, da Lei Federal nº 10.520/2002, exceto na condição de pleito recursal que se transferirá a legitimidade dos atos à autoridade superior, exceto em caso de retratação de ofício devidamente fundamentado pela Pregoeira.

19.2. A decisão da autoridade competente será afixada em mural, local de publicações na Sede Administrativa do Município de Davinópolis-GO.

20.0. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS:

20.1. Os **Materiais** objeto deste procedimento deverão ser fornecidos pela **Contratada** ao Município de Davinópolis-GO de forma parcelada, mediante a necessidade da obra.

20.2. Os referidos **Materiais** deverão ser entregues pela **contratada** em **até 15 (quinze) dias corridos** após a data da **Autorização de Fornecimento** ou documento equivalente emitida pelo Contratante, devidamente assinada devendo constar o quantitativo e descrição conforme proposta apresentada pela vencedora.

20.3. A **contratada** deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade no local da obra **Avenida São Bento c/ Rua JK – Centro, no Município de Davinópolis – GO** ou outro local a ser definido pelo Contratante, que melhor atender as necessidades do Contratante.

20.4. Todos os Materiais licitados deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, e sem danificações que comprometam a qualidade dos produtos.

20.5. Os materiais objeto dessa licitação deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade (primeira linha), obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

20.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não sejam de 1ª qualidade, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.

20.7. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

21.0. DO PAGAMENTO:

21.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

21.1.1. Lote 1 - R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) expressos em Cheque-Moradia, sendo liberados pela AGEHAB em 03(três) etapas: sendo 2(duas) de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e 01 (uma) de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e no final havendo restante, o mesmo será pago a título de contrapartida.

21.1.2. Lote 2 – Recurso próprio do Município.



21.2. O pagamento pelo Cheque-Moradia será efetuado conforme a Liberação pela AGEHAB, e pelo recurso próprio do Município em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos materiais, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal, atestado pelo gestor do contrato, por meio de transferência bancária ou cheque nominal.

21.3. No caso de incorreção na nota fiscal, o pagamento ocorrerá somente após a correção da nota fiscal.

21.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

22.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

22.1. As despesas com a presente licitação provenientes de recurso próprio do Município terão seus custos cobertos com os recursos da Lei Orçamentária para o exercício 2017, assim classificada: 03.66.15.452.1029.1.006.4.4.90.51 - FICHA 183.

23.0. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

23.1. O prazo estimado de execução é de 60 (sessenta) dias, conforme o cronograma da obra, contados a partir da assinatura do contrato.

23.2. O instrumento de contrato terá vigência após sua assinatura, pelo período de 60 (sessenta) dias, sendo necessária a sua publicação como condição de eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, admitida a prorrogação ou a devolução de prazo mediante documento de justificação e termo aditivo, desde que haja motivo e fundamento observados os termos do art. 57, caput, da Lei Federal 8.666/93.

24.0. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

24.1. DA CONTRATADA:

24.1.1. Após a homologação pelo Gestor Responsável o licitante será convocado a comparecer para assinatura do instrumento de contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

24.1.2. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação se necessário e a critério da Administração;

24.1.3. A Contratada deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade.

24.1.4. Fornecer os Materiais em conformidade com o exigido neste instrumento e submeter-se à fiscalização do Contratante, com a finalidade de garantir o cumprimento das condições pactuadas.

24.1.5. Os materiais deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

24.1.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.



24.1.7. O atraso ou a falta de entrega injustificados dos Materiais no todo ou em parte causará aos Contratados Penalidades e Multas conforme disposto no termo convocatório, além das demais sanções administrativas cíveis e criminais.

24.1.8. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

24.1.9. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

24.1.10. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

24.1.11. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

24.2. DO CONTRATANTE:

24.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos Materiais entregues conforme disposto neste instrumento.

24.2.2. O CONTRATANTE designará o Senhor **Carlos Alberto Ferreira Fonseca** como **Gestor do Contrato**, responsável pela fiscalização e acompanhamento de sua execução nos termos do art. 67 da Lei Federal 8666/93, conforme decreto de nomeação.

24.2.3. O CONTRATANTE se obriga a efetuar o devido pagamento a **CONTRATADA**, referente à entrega dos Materiais solicitados em conformidade com o objeto deste contrato, e remeter advertência a **CONTRATADA**, por escrito, quando os mesmos não forem entregues de forma satisfatória.

25.0. DA PRORROGAÇÃO:

25.2. - O instrumento de contrato poderá ser prorrogado caso haja necessidade de aditamento para acréscimo/supressão, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente justificado, ou se no prazo acordado não se constituir êxito na conclusão integral do objeto, observado as premissas do art. 57, caput da lei 8.666/93.

26.0. DAS ALTERAÇÕES E ADITAMENTOS:

26.1. O instrumento de contrato poderá ser alterado quando necessário o **reequilíbrio econômico-financeiro, ou para acréscimos/supressões em até 25% (vinte e cinco) por cento, do valor inicial atualizado do contrato**, respectivamente, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedados acréscimos que ultrapassem os referidos limites, sendo permitido, supressões que ultrapassem o referido limite desde que em comum acordo.

26.2. - O Instrumento de Contrato poderá ser prorrogado no caso de, antes do encerramento de sua vigência, existir de saldo não liquidado, cujo cronograma de execução não pode ser cumprido até a data prevista para sua expiração, não podendo exceder 31



de dezembro do exercício respectivo, salvo adequações condizente com o art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

26.3. – As alterações dos instrumentos contratuais serão efetivadas por meio de Termo Aditivo devidamente motivado e fundamentado.

27.0. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO:

27.1. O presente acordo não sofrerá nenhum tipo de reajuste no interregno da sua vigência anual.

27.2. Poderá haver a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre as partes nos termos do Art. 65, Inciso II, “d”, da Lei Federal 8.666/93, desde que se comprove de forma inconteste, o fato imprevisível mediante motivos e fundamentos capazes de suportar o pleito:

27.2.1. O pedido de recomposição disposto no item retro, será solicitado por meio de **petição formal protocolada junto à Administração**, devidamente instruída com os **fatos, fundamentos e documentos que comprovem a imprevisão para o caso especial**, cujo pedido **NÃO GERA EFEITO SUSPENSIVO QUANTO À OBRIGAÇÃO**, ou seja, o contratado não poderá suspender a execução do contrato, ou mesmo se negar a entregar o objeto, até que seja analisado o pedido de **reequilíbrio**, sob pena das sanções previstas no instrumento convocatório e no termo contratual.

27.2.2. A administração terá **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, para analisar o pedido de reequilíbrio contratual. Sendo o pleito considerado improcedente, o **CONTRATADO** deverá manter suas obrigações nos termos editalícios e contratuais, sob pena das sanções cabíveis, dentre elas as sanções administrativas (INEDONEIDADE, SUSPENSÃO e IMPEDIMENTO) de contratação e pecuniárias (MULTAS).

27.2.3. O procedimento disposto no **item 27.2.2**, visa coibir algumas incidências ocorridas nos contratos celebrados em tempos pretéritos, cuja má fé do licitante se configurou ao participar do certame com preços em **LIMITE EXTREMO DE EXEQUIBILIDADE**, e **logo depois da contratação, CESSAR A OBRIGAÇÃO**, e pleitear de forma imotivada junto à Administração **reequilíbrio de contrato**, mesmo sendo advertidos na **sessão pública de abertura e julgamento**, quanto aos preços, que foram expressamente **RATIFICADOS** pelos representantes.

28.0. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

28.1. DA INEXECUÇÃO:

28.1.2. A inexecução total ou parcial do instrumento de contrato enseja a sua rescisão, que poderá ser:

28.1.2.1. Determinada por **ato unilateral** da Administração conforme determina o Art. 79, I, da Lei Federal nº 8666/93.

28.1.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo licitatório, nos termos do Art. 79, II, da Lei Federal nº 8666/93.

28.1.2.3. Judicial, nos termos da legislação, conforme preceitua o Art. 79, III, da Lei Federal nº 8.666/93.



28.1.3. Os casos de **rescisão unilateral do instrumento de contrato** serão formalmente, instruídos em autos próprios, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

28.2. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

28.2.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o **descumprimento total da obrigação**, sujeitando-se às sanções deste instrumento, nos termos do art. 81, caput, da Lei Federal 8.666/93.

28.2.2. São também consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, passíveis de **rescisão unilateral do instrumento de contrato**, nos termos do artigo 78, caput, da Lei Federal 8.666/93:

28.2.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

28.2.2.2. Retardamento imotivado da entrega dos produtos contratado que prejudique o normal andamento das atividades nos prazos estipulados;

28.2.2.3. Paralisar a execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

28.2.2.4. Cometimento reiterado de faltas no cumprimento do contrato ou entrega dos produtos fora das especificações do edital;

28.2.2.5. O desatendimento de determinações regulares do gestor responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto do contrato, ou ainda o cometimento reiterado de falhas na execução do contrato;

28.2.2.6. A declaração de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, do contratado, bem como a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

28.2.2.7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

28.2.2.8. As rescisões contratuais serão motivadas nos autos do processo licitatório, Art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, podendo ser instruídas e analisadas em processo administrativo próprio, respeitando-se o **contraditório e a ampla defesa**, de acordo com o disposto neste edital e no termo de contrato.

28.2.2.9. Convocado no prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o licitante, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

29.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

29.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso na entrega dos Produtos e Materiais objeto do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

29.1.1. Advertência por escrito;



29.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos pela Lei.

29.1.3. Declaração de **inidoneidade** para licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme dispões o art. 7º da Lei 10.520/2002.

29.1.4. Não atendimento às especificações relativas aos Produtos e Materiais previstos em contrato ou instrumento equivalente;

29.1.5. Paralisar a entrega dos Produtos e Materiais objetos do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

29.1.6. Entrega de Produtos Materiais fora das especificações do edital;

29.1.7. Sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na Lei;

29.1.8. As sanções relacionadas e previstas neste edital também poderão ser aplicadas àquele que:

29.1.8.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

29.1.8.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

29.1.8.3. Não mantiver a proposta;

29.1.8.4. Falhar ou fraudar futuro contrato;

29.1.8.5. Comportar-se de modo inidôneo;

29.1.8. 6. Cometer fraude fiscal.

29.1.8.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei nº 8666/93.

29.1.8.8. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do mesmo, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

30.0. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS:

30.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais (Redação dada pelo art. 7º da Lei 10.520/2002).

30.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor solicitado, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de 0,33% ao dia sobre o saldo do valor contratado, limitado a 10% a multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente.

30.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:



30.3.1. Advertência pelo atraso injustificado na execução do contrato;

30.3.2. Multa na forma prevista no **item 30.2**;

30.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **MUNICÍPIO** pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e depois de ressarcido os prejuízos resultantes, para o Município pela inexecução total do objeto.

30.3.5 A sanção prevista no **Item 30.3.3** é de competência exclusiva da Assessoria Jurídica, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista.

31.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

31.1. É facultado ao Pregoeiro ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

31.2. Fica assegurado à Autoridade Competente o direito a **revogar a licitação** por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93.

31.3. Os Proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

31.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pelo pregoeiro.

31.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Contratante.

31.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

31.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

31.8. Exigências formais **NÃO ESSENCIAIS** são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, bem como não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

31.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

31.10. A ausência do representante da empresa em qualquer fase do Pregão implica aceitação dos fatos que ocorrerem durante sua ausência.



31.11. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da **Comarca de CATALÃO**, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

31.12. Os documentos extraídos via **internet** terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

31.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, salvo questões específicas autorizadas por lei como a tratativa das ME e EPP relativo à documentação fiscal.

31.14. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará a Proponente inabilitada.

31.15. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **180 (cento e oitenta) dias**.

Davinópolis, Goiás, aos 22 dias do mês de agosto de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Clênia Pereira da Silva
Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

“Exclusivo para ME e EPP”

1.0. DO PREÂMBULO:

1.1. O presente Procedimento de Pregão objetiva a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS**, relativo à **CONTRAPARTIDA DO CONVÊNIO AGEHAB Nº 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS E RECURSO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO**, em conformidade com as descrições e detalhamentos constantes neste **Anexo I - Termo de Referência**.

2.0. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. O Município de Davinópolis-Goiás foi contemplado com o Convênio AGEHAB Nº **201601000045**, recursos do Estado de Goiás, e ficará com o ônus parcial, visando a aquisição de materiais de construção complementar à título de contrapartida.

2.2. A Construção da referida Casa de Velório visa o incremento da infraestrutura do Município e terá como finalidade a realização de velórios em nossa cidade, de modo a contribuir com as famílias, uma vez que na cidade não tem local apropriado para os devidos fins.

2.3. A contratação visa ainda o cumprimento das ações de Governo inerentes às atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal.

3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. A contratação em apreço encontra guarida na **Lei Federal 10.520/2002** e está diretamente vinculada ao presente certame, aplicando-se as regras de direito administrativo e subsidiariamente as regras dispostas **na Lei Federal 8666/93**, em função das disposições **do art. 9º, da Lei Federal 10.520/2002**, em observância as exigências por parte do Órgão de Fiscalização o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e **Instrução Normativa nº 010/2015**.

3.2. O PRESENTE PROCEDIMENTO DE **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017** É ORIGINÁRIO DO **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2521/2017**.

4.0. DO OBJETO:

4.1. O presente Procedimento de Pregão objetiva a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS**, conforme **CONVÊNIO AGEHAB Nº 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, e Levantamento dos materiais efetuado pela Engenheira Civil do Município, em conformidade com o projeto aprovado pela AGEHAB.

4.2. ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS DO OBJETO:

Lote 1			
Item	Quant.	Unid.	Descrição de Produto
1	125	UNID.	Ferro 4.2 mm (barra 12,00m)
2	150	UNID.	Ferro 5.0 mm (barra 12,00m)

3	26	UNID.	Ferro 6.3 mm (barra 12,00m)
4	124	UNID.	Ferro 8.0 mm (barra 12,00m)
5	36	UNID.	Ferro 10 mm (barra 12,00m)
6	8	KG	Arame reconzido
7	5	UNID.	Vedalit (galão 18 litros)
8	280	M	Tabuas madeira (0,30 X 3,00 m)
9	350	M	Caibrote (0,60 X 0,35 m)
10	12	UNID.	Chapa de Emenda
11	60	M	Tabuas madeira (0,10 m)
12	1	KG	Prego (0,15 X 0,15 m)
13	1	KG	Prego (0,17 X 0,21 m)
14	4	KG	Prego (0,19 X 0,36 m)
15	180	UNID.	Parafusos com porcas e arruelas 8 mm(11cm)
16	100	M	Areia fina
17	34	M	Areia grossa
18	4	M	Brita n°. 0
19	14	M	Brita n°. 1
20	430	UNID.	Cimento (SACO 50 KG)
21	18.070	UNID.	Tijolos (10X30)
22	87	M ²	Laje treliçada
23	60	M ²	Laje convencional
24	130	M	Caibro (05x05) 5 m
25	21	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 6,5 m
26	9	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 5,5 m
27	9	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 4,5 m
28	8	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 4 m
29	15	UNID.	Cumeeira (1,10x0,63m)
30	28	UNID.	Telha galvanizada ondulada 0,50 mm (3,66x1,10) inteira
31	18	UNID.	Telha galvanizada ondulada 0,50 mm (3,66x1,10) Banda
32	27	M	Calha metálica
33	66	M	Rufo metálico
34	147	M ²	Cerâmica esmaltada PEI 5
35	68	M	Rodapé 7 cm esmaltada 30x30
36	70	UNID.	Argamassa (SACO 20KG)
37	40	KG	Rejunte
38	4	UNID.	Selador acrílico (LATA 18 LITROS)
39	30	UNID.	Massa corrida (CAIXA 27 KG)
40	8	UNID.	Lata de tinta (LATA 18 LITROS)
41	30	UNID.	Lixa n°. 80
42	40	UNID.	Lixa n°. 180
43	3	UNID.	Verniz (GALÃO 3,6 LITROS)
44	2	UNID.	Porta de madeira (0,80x2,10), c/ portal e alizar
45	2	UNID.	Porta de madeira (0,90x2,10), c/ portal e alizar
46	4	UNID.	Fechadura (alav.) lafonte 6236 E/8766- E 17 imab.ou equival
47	12	UNID.	Dobradiças 3"x3 1/2" ferro cromada
48	4	UNID.	Fechaduras tipo livre/ocupado
49	1	UNID.	Padrão CELG Trifásico 10 mm ² h=7,00 m completo
50	51	UNID.	Caixa metálica retangular 4"x2"x2"
51	8	UNID.	Lâmpandas compactas 15 W

52	20	UNID.	Lampada fluorescente 32 W
53	10	UNID.	Calha de sobreporp/ lampada Fluorescente 2x32
54	10	UNID.	Reator 2x32 partida rapida
55	8	UNID.	Receptaculo porcelana
56	23	UNID.	Tomada 02 polos+ terra 10A
57	7	UNID.	Interruptor simples 01 secao
58	1	UNID.	Quadro distribuicao 16 elementos 150 A TIGRE
59	170	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 1,5 mm ²
60	245	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 2,5 mm ²
61	40	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 6,0 mm ²
62	8	UNID.	Disjuntor de 10 A a 30 A
63	200	M	Eletroduto de PVC flexível 3/4" (mangueira corrugada)
64	1	UNID.	Hidrômetro diam. Ramal 25 mm vazão = 3 m ³
65	1	UNID.	Kit cavalete 25 mm p/ hidrômetro com muro e Cx. Colocada
66	1	UNID.	Caixa d' água em polietileno 500 litros c/ tampa
67	4	UNID.	Tubo PVC soldável marron ø 50 mm (BARRA)
68	8	UNID.	Tubo PVC soldável marron ø 25 mm (BARRA)
69	16	UNID.	Curva 90 ° 25 mm PVC soldável
70	3	UNID.	Joelho 45 ° 25 mm PVC soldável
71	8	UNID.	União soldável 25 mm PVC
72	3	UNID.	Tê 25 mm PVC soldável
73	8	UNID.	Joelho 90 ° 50 mm PVC soldável
74	5	UNID.	União soldável 50 mm PVC
75	4	UNID.	Tê 50 mm PVC soldável
76	2	UNID.	Bucha de redução PVC 50x25
77	2	UNID.	Adaptador sifão DN-40x1 1/4"
78	1	UNID.	Registro de esfera ø 1 1/2
79	7	UNID.	Registro de gaveta com canopla cromada 3/4"
80	1	UNID.	Torneira bóia 25 mm
81	5	UNID.	Tubo PVC esgoto ø 100 mm (BARRA)
82	4	UNID.	Tubo PVC esgoto ø 40 mm (BARRA)
83	1	UNID.	Tubo PVC esgoto ø 50mm (BARRA)
84	2	UNID.	Joelho 45° 100 mm PVC esgoto
85	2	UNID.	Joelho 90° 100 mm PVC esgoto
86	4	UNID.	Joelho 45° 40mm PVC esgoto
87	7	UNID.	Joelho 90° 50 mm PVC esgoto
88	1	UNID.	Caixa de inspenção em alven. Revest. 60x60x50 cm
89	2	UNID.	Tampa para caixa de passagem 60x60
90	1	UNID.	Caixa de gordura PVC 19 litro com tampa e sexto removivel BREC
91	4	UNID.	Vaso sanitário 1 ª linha DECA ASPEN
92	4	UNID.	Válvula de descarga cromada C/ ACABAMENTO
93	4	UNID.	Tubo de ligação cromado
94	4	UNID.	Assento para vaso DECA ASPEN
95	4	UNID.	Conjunto para fixação (CONJUNTO)
96	4	UNID.	Anel de vedação para vaso sanitário
97	2	UNID.	Lavatório médio s/ coluna
98	2	UNID.	Fixação para lavatório s/ coluna (par)
99	1	UNID.	Tanque em mármore sintético 1 cuba
100	1	UNID.	Torneira de parade para tanque 3"/4

101	4	UNID.	Ligação flexível universal para lavatório PVC ø 1/2" ENGATE
102	4	UNID.	Sifão flexível universal para lavatório PVC cromado sanfonado
103	7	UNID.	Corpo caixa sifonada 100x100x40/50
104	7	UNID.	Sifão para pia PVC ø 1.1/2"X2" CROMADO
105	7	UNID.	Grelha redonda aço inox simples 150 mm
106	4	UNID.	Kit p/ banheiro cromado
107	1	UNID.	Válvula para pia metálica 2ª linha 1.1/2'x3.3/4'
108	4	UNID.	Válvula para lavatório cromada ø 1"
109	1	UNID.	Torneira p/ pia ø 3/4" de parede
110	4	UNID.	Torneira p/ lavatório 1/2"
111	1	UNID.	Torneira ø 3/4" Jardim com bico
112	1	UNID.	Bancada de granito cinza andorinha com espelho (TAMANHO 1,60M)
113	1	UNID.	Cuba Inox 46x30x15 cm e=0.6 mm - aço 304
114	2	UNID.	Cuba de louça oval de embutir 2ª linha
115	41	M²	Grama Esmeralda
116	4	UNID.	Barras para P.N.E "B6" padrão Agetop
117	2	UNID.	Espelhos de embutir p banheiro (0,60x0,40)
118	2	UNID.	Adesivo 175 g
119	2	UNID.	Fita veda-rosca 50 m
120	3	UNID.	Fita isolante 50 m
121	2	UNID.	Portas em alumínio natural em veneziana com ferragens (0,70x1,80)
122	2	UNID.	Portas em alumínio natural em veneziana com ferragens (0,80x1,80)
Lote 2			
Item	Quant.	Unid.	Descrição de Produto
1	3	UNID.	Janela de correr 4 folhas vidro temperado (2,00x1,20)
2	1	UNID.	Janela de correr 4 folhas vidro temperado (1,50x1,20)
3	2	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (1,00x0,60)
4	2	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (0,40x0,60)
5	1	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (0,60x0,60)
6	1	UNID.	Janela max-ar tipo vidro temperado (0,80x0,80)
7	1	UNID.	Porta de correr 2 folhas vidro temperado e=10mm (2,30x2,10)
8	1	UNID.	Porta de correr 2 folhas vidro temperado e=10mm (1,80x2,10)

5.0. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS:

5.1. Os **Materiais** objeto deste procedimento deverão ser fornecidos pela **Contratada** ao Município de Davinópolis-GO de forma parcelada, mediante a necessidade da obra.

5.2. Os referidos **Materiais** deverão ser entregues pela **contratada** em **até 15 (quinze) dias corridos** após a data da **Autorização de Fornecimento** ou documento equivalente emitida pelo Contratante, devidamente assinada devendo constar o quantitativo e descrição conforme proposta apresentada pela vencedora.

5.3. A **contratada** deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade no local da obra **Avenida São Bento c/ Rua JK – Centro, no Município de Davinópolis – GO** ou outro local a ser definido pelo Contratante, que melhor atender as necessidades do Contratante.



5.4. Todos os Materiais licitados deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, e sem danificações que comprometam a qualidade dos produtos.

5.5. Os materiais objeto dessa licitação deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade (primeira linha), obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

5.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não sejam de 1ª qualidade, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.

5.7. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

6.0. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1. Lote 1 - R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) expressos em Cheque-Moradia, sendo liberados pela AGEHAB em 03(três) etapas: sendo 2(duas) de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e 01 (uma) de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e no final havendo restante, o mesmo será pago a título de contrapartida.

6.1.2. Lote 2 – Recurso próprio do Município.

6.2. O pagamento pelo Cheque-Moradia será efetuado conforme a Liberação pela AGEHAB, e pelo recurso próprio do Município em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos materiais, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal, atestado pelo gestor do contrato, por meio de transferência bancária ou cheque nominal.

6.3. No caso de incorreção na nota fiscal, o pagamento ocorrerá somente após a correção da nota fiscal.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

7.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas com a presente licitação provenientes de recurso próprio do Município terão seus custos cobertos com os recursos da Lei Orçamentária para o exercício 2017, assim classificada: **03.66.15.452.1029.1.006.4.4.90.51 - FICHA 183.**

8.0. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1. O presente contrato terá um prazo estimado de execução de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão de ordem de execução ou instrumento equivalente.

8.2. A contrato terá vigência após sua assinatura, sendo necessária a sua publicação como condição de eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, admitida a prorrogação ou a devolução de prazo mediante documento de justificação e termo aditivo, desde que haja motivo e fundamento observados os termos do art. 57, caput, da Lei Federal 8.666/93.

9.0. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Rua Dorcilia Cândida de Jesus, nº 02 - Centro - Davinópolis - GO - CEP: 75.730-000
E-mail: pmdavinopolis@hotmail.com - Fones: (64) 3697-1150 ou (64) 3697-1203



9.1. DA CONTRATADA:

9.1.1. Após a homologação pelo **Gestor Responsável** o licitante será convocado a comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

9.1.2. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação se necessário e a critério da Administração;

9.1.3. A Contratada deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade.

9.1.4. Fornecer os Materiais em conformidade com o exigido neste instrumento e submeter-se à fiscalização do Contratante, com a finalidade de garantir o cumprimento das condições pactuadas.

9.1.5. Os materiais deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

9.1.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.

9.1.7. O atraso ou a falta de entrega injustificados dos Materiais no todo ou em parte causará aos Contratados Penalidades e Multas conforme disposto no termo convocatório, além das demais sanções administrativas cíveis e criminais.

9.1.8. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

9.1.9. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.1.10. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.1.11. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.2. DO CONTRATANTE:

9.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos Materiais entregues conforme disposto neste instrumento.

9.2.2. O **CONTRATANTE** designará o Senhor **Carlos Alberto Ferreira Fonseca** como **Gestor do Contrato**, responsável pela fiscalização e acompanhamento de sua execução nos termos do art. 67 da Lei Federal 8666/93, conforme decreto de nomeação.

9.2.3. O **CONTRATANTE** se obriga a efetuar o devido pagamento a **CONTRATADA**, referente à entrega dos Materiais solicitados em conformidade com o objeto



deste contrato, e remeter advertência a **CONTRATADA**, por escrito, quando os mesmos não forem entregues de forma satisfatória.

10.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso na entrega dos Produtos e Materiais objeto do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

10.1.1. Advertência por escrito;

10.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos pela Lei.

10.1.3. Declaração de **inidoneidade** para licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme dispões o art. 7º da Lei 10.520/2002.

10.1.4. Não atendimento às especificações relativas aos Produtos e Materiais previstos em contrato ou instrumento equivalente;

10.1.5. Paralisar a entrega dos Produtos e Materiais objetos do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

10.1.6. Entrega de Produtos Materiais fora das especificações do edital;

10.1.7. Sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na Lei;

10.1.8. As sanções relacionadas e previstas neste edital também poderão ser aplicadas àquele que:

10.1.8.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

10.1.8.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

10.1.8.3. Não mantiver a proposta;

10.1.8.4. Falhar ou fraudar futuro contrato;

10.1.8.5. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8. 6. Cometer fraude fiscal.

10.1.8.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei nº 8666/93.

10.1.8.8. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do mesmo, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

11.0. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS:

11.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas



previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais (Redação dada pelo art. 7º da Lei 10.520/2002).

11.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor solicitado, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de 0,33% ao dia sobre o saldo do valor contratado, limitado a 10% a multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente.

11.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:

11.3.1. Advertência pelo atraso injustificado na execução do contrato;

11.3.2. Multa na forma prevista no **item 11.2**;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **MUNICÍPIO** pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e depois de ressarcido os prejuízos resultantes, para o Município pela inexecução total do objeto.

11.3.4 A sanção prevista no **Item 11.3.3** é de competência exclusiva da Assessoria Jurídica, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista.

12.0. DA COMPOSIÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS:

12.1. O objeto do presente certame foi elaborado pela Engenheira Civil do Município, conforme planilha apresentada correspondente ao projeto de Execução da Obra de Construção da Casa de Velório, e os Levantamentos de Preços pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo do Município de Davinópolis.



ANEXO II

(Modelo)

PROCURAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) _____ <diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço> pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, como bastante Procurador(a) o(a) Senhor(a) _____ <nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço>, a quem confere amplos poderes para representar a outorgante nos atos necessários no **Pregão nº. 011/2017**, conferindo-lhe ainda, poderes especiais assinar, para apresentar proposta, lances verbais, negociar preços e demais condições, interpor e desistir de recursos, apresentar declarações, firmar compromissos ou acordos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes.

Data e local.....

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Observação: Formular preferencialmente em papel timbrado da Empresa.



ANEXO III

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº., sediada à Rua/Avenida.....nº....., Setor/Bairro....., na cidade de Estado de, DECLARA, sob as penas da Lei que possui todos os requisitos exigidos no **Edital de Pregão nº. 011/2017** objeto do **Processo Administrativo nº 2521/2017**, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Local e data ,/...../.....

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)



ANEXO IV

(Modelo)

SIMPLES DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

_____ (nome representante do licitante), inscrito no RG n.º _____ e com CPF. n.º _____, como representante devidamente constituído da Empresa _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ n.º _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, **DECLARO** expressamente, sob as penalidade cabíveis, que :

A) Encontra-se enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 147/14.

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 147/14, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 147/14.

_____, GO,/...../.....

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017 - REPUBLICAÇÃO

Licitante _____
 CNPJ/CPF _____
 Endereço: _____ CEP _____
 Cidade: _____ Estado : _____
 Telefone: _____ Celular : _____
 E-mail: _____

**OBJETO: MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM
 ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS.**

Lote 1				
Item	Quant.	Unid.	Descrição de Produto	Marca/Fabric./Origem
1	125	UNID.	Ferro 4.2 mm (barra 12,00m)	
2	150	UNID.	Ferro 5.0 mm (barra 12,00m)	
3	26	UNID.	Ferro 6.3 mm (barra 12,00m)	
4	124	UNID.	Ferro 8.0 mm (barra 12,00m)	
5	36	UNID.	Ferro 10 mm (barra 12,00m)	
6	8	KG	Arame reconzido	
7	5	UNID.	Vedalit (galão 18 litros)	
8	280	M	Tabuas madeira (0,30 X 3,00 m)	
9	350	M	Caibrote (0,60 X 0,35 m)	
10	12	UNID.	Chapa de Emenda	
11	60	M	Tabuas madeira (0,10 m)	
12	1	KG	Prego (0,15 X 0,15 m)	
13	1	KG	Prego (0,17 X 0,21 m)	
14	4	KG	Prego (0,19 X 0,36 m)	
15	180	UNID.	Parafusos com porcas e arruelas 8 mm(11cm)	
16	100	M	Areia fina	
17	34	M	Areia grossa	
18	4	M	Brita nº. 0	
19	14	M	Brita nº. 1	
20	430	UNID.	Cimento (SACO 50 KG)	
21	18.070	UNID.	Tijolos (10X30)	
22	87	M ²	Laje treliçada	
23	60	M ²	Laje convencional	
24	130	M	Caibro (05x05) 5 m	

Rua Dorcilia Cândida de Jesus, nº 02 - Centro - Davinópolis - GO - CEP: 75.730-000
 E-mail: pmdavinopolis@hotmail.com - Fones: (64) 3697-1150 ou (64) 3697-1203

25	21	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 6,5 m	
26	9	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 5,5 m	
27	9	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 4,5 m	
28	8	UNID.	Vigota de madeira (05x12) 4 m	
29	15	UNID.	Cumeeira (1,10x0,63m)	
30	28	UNID.	Telha galvanizada ondulada 0,50 mm (3,66x1,10) inteira	
31	18	UNID.	Telha galvanizada ondulada 0,50 mm (3,66x1,10) Banda	
32	27	M	Calha metálica	
33	66	M	Rufo metálico	
34	147	M ²	Cerâmica esmaltada PEI 5	
35	68	M	Rodapé 7 cm esmaltada 30x30	
36	70	UNID.	Argamassa (SACO 20KG)	
37	40	KG	Rejunte	
38	4	UNID.	Selador acrílico (LATA 18 LITROS)	
39	30	UNID.	Massa corrida (CAIXA 27 KG)	
40	8	UNID.	Lata de tinta (LATA 18 LITROS)	
41	30	UNID.	Lixa n°. 80	
42	40	UNID.	Lixa n°. 180	
43	3	UNID.	Verniz (GALÃO 3,6 LITROS)	
44	2	UNID.	Porta de madeira (0,80x2,10), c/ portal e alizar	
45	2	UNID.	Porta de madeira (0,90x2,10), c/ portal e alizar	
46	4	UNID.	Fechadura (alav.) lafonte 6236 E/8766- E 17 imab.ou equival	
47	12	UNID.	Dobradiças 3"x3 1/2" ferro cromada	
48	4	UNID.	Fechaduras tipo livre/ocupado	
49	1	UNID.	Padrão CELG Trifásico 10 mm ² h=7,00 m completo	
50	51	UNID.	Caixa metálica retangular 4"x2"x2"	
51	8	UNID.	Lâmpandas compactas 15 W	
52	20	UNID.	Lampada fluorescente 32 W	
53	10	UNID.	Calha de sobreporp/ lampada Fluorescente 2x32	
54	10	UNID.	Reator 2x32 partida rapida	
55	8	UNID.	Receptaculo porcelana	
56	23	UNID.	Tomada 02 polos+ terra 10A	
57	7	UNID.	Interruptor simples 01 seção	
58	1	UNID.	Quadro distribuição 16 elementos 150 A TIGRE	
59	170	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 1,5 mm ²	
60	245	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 2,5 mm ²	
61	40	M	Fio de cobre isolado 750 V n° 6,0 mm ²	
62	8	UNID.	Disjuntor de 10 A a 30 A	
63	200	M	Eletroduto de PVC flexível 3/4" (mangueira corrugada)	
64	1	UNID.	Hidrômetro diam. Ramal 25 mm vazão = 3 m ³	
65	1	UNID.	Kit cavalete 25 mm p/ hidrômetro com muro e Cx. Colocada	
66	1	UNID.	Caixa d' água em polietileno 500 litros c/ tampa	
67	4	UNID.	Tubo PVC soldável marron ø 50 mm (BARRA)	
68	8	UNID.	Tubo PVC soldável marron ø 25 mm (BARRA)	
69	16	UNID.	Curva 90 ° 25 mm PVC soldável	
70	3	UNID.	Joelho 45 ° 25 mm PVC soldável	
71	8	UNID.	União soldável 25 mm PVC	
72	3	UNID.	Tê 25 mm PVC soldável	
73	8	UNID.	Joelho 90 ° 50 mm PVC soldável	

74	5	UNID.	União soldável 50 mm PVC	
75	4	UNID.	Tê 50 mm PVC soldável	
76	2	UNID.	Bucha de redução PVC 50x25	
77	2	UNID.	Adaptador sifão DN-40x1 1/4"	
78	1	UNID.	Registro de esfera ϕ 1 1/2	
79	7	UNID.	Registro de gaveta com canopla cromada 3/4"	
80	1	UNID.	Torneira bóia 25 mm	
81	5	UNID.	Tubo PVC esgoto ϕ 100 mm (BARRA)	
82	4	UNID.	Tubo PVC esgoto ϕ 40 mm (BARRA)	
83	1	UNID.	Tubo PVC esgoto ϕ 50mm (BARRA)	
84	2	UNID.	Joelho 45° 100 mm PVC esgoto	
85	2	UNID.	Joelho 90° 100 mm PVC esgoto	
86	4	UNID.	Joelho 45° 40mm PVC esgoto	
87	7	UNID.	Joelho 90° 50 mm PVC esgoto	
88	1	UNID.	Caixa de inspeção em alven. Revest. 60x60x50 cm	
89	2	UNID.	Tampa para caixa de passagem 60x60	
90	1	UNID.	Caixa de gordura PVC 19 litro com tampa e sexto removível BREC	
91	4	UNID.	Vaso sanitário 1ª linha DECA ASPEN	
92	4	UNID.	Válvula de descarga cromada C/ ACABAMENTO	
93	4	UNID.	Tubo de ligação cromado	
94	4	UNID.	Assento para vaso DECA ASPEN	
95	4	UNID.	Conjunto para fixação (CONJUNTO)	
96	4	UNID.	Anel de vedação para vaso sanitário	
97	2	UNID.	Lavatório médio s/ coluna	
98	2	UNID.	Fixação para lavatório s/ coluna (par)	
99	1	UNID.	Tanque em mármore sintético 1 cuba	
100	1	UNID.	Torneira de parade para tanque 3"/4	
101	4	UNID.	Ligação flexível universal para lavatório PVC ϕ 1/2" ENGATE	
102	4	UNID.	Sifão flexível universal para lavatório PVC cromado sanfonado	
103	7	UNID.	Corpo caixa sifonada 100x100x40/50	
104	7	UNID.	Sifão para pia PVC ϕ 1.1/2"x2" CROMADO	
105	7	UNID.	Grelha redonda aço inox simples 150 mm	
106	4	UNID.	Kit p/ banheiro cromado	
107	1	UNID.	Válvula para pia metálica 2ª linha 1.1/2'x3.3/4'	
108	4	UNID.	Válvula para lavatório cromada ϕ 1"	
109	1	UNID.	Torneira p/ pia ϕ 3/4" de parede	
110	4	UNID.	Torneira p/ lavatório 1/2"	
111	1	UNID.	Torneira ϕ 3/4" Jardim com bico	
112	1	UNID.	Bancada de granito cinza andorinha com espelho (TAMANHO 1,60M)	
113	1	UNID.	Cuba Inox 46x30x15 cm e=0.6 mm - aço 304	
114	2	UNID.	Cuba de louça oval de embutir 2ª linha	
115	41	M²	Grama Esmeralda	
116	4	UNID.	Barras para P.N.E "B6" padrão Agetop	
117	2	UNID.	Epelhos de embutir p banheiro (0,60x0,40)	
118	2	UNID.	Adesivo 175 g	
119	2	UNID.	Fita veda-rosca 50 m	
120	3	UNID.	Fita isolante 50 m	



121	2	UNID.	Portas em alumínio natural em veneziana com ferragens (0,70x1,80)	
122	2	UNID.	Portas em alumínio natural em veneziana com ferragens (0,80x1,80)	
PREÇO TOTAL: R\$ _____				
(PREÇO POR EXTENSO)				
Lote 2				
Item	Quant.	Unid.	Descrição de Produto	
1	3	UNID.	Janela de correr 4 folhas vidro temperado (2,00x1,20)	
2	1	UNID.	Janela de correr 4 folhas vidro temperado (1,50x1,20)	
3	2	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (1,00x0,60)	
4	2	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (0,40x0,60)	
5	1	UNID.	Janela basculante tipo vidro temperado (0,60x0,60)	
6	1	UNID.	Janela max-ar tipo vidro temperado (0,80x0,80)	
7	1	UNID.	Porta de correr 2 folhas vidro temperado e=10mm (2,30x2,10)	
8	1	UNID.	Porta de correr 2 folhas vidro temperado e=10mm (1,80x2,10)	
PREÇO TOTAL: R\$ _____				
(PREÇO POR EXTENSO)				

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL DO(S) LOTE(S)): R\$ _____ .
 _____ (VALOR POR EXTENSO).

Validade da Proposta: _____ dias corridos (não poderá ser inferior a 60 dia corridos).

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura/Carimbo



ANEXO VI

(Modelo)

DECLARAÇÃO DO ART. 7º, INCISO XXXIII CF

Em atendimento ao disposto no **art. 7º, inciso XXXIII** da Constituição Federal, declaramos que a empresa _____, CNPJ nº. _____ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data,/...../..... .

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)



ANEXO VII

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Pregão Presencial n.º 011/2017

_____ (nome representante do licitante), inscrito no RG n.º _____ e com CPF.n.º _____, como representante devidamente constituído da Empresa _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ n.º _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, **DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º (...) **encontra-se em plenas condições de participação no presente certame, não havendo sobre si qualquer sanção administrativa, judicial ou qualquer impedimento previstos nos arts. 86 e seguintes da Lei 8666/1993.**

_____, GO,/...../.....

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Pregão Presencial n.º 011/2017

_____ (nome representante do licitante), inscrito no RG n.º _____ e com CPF.n.º _____, como representante devidamente constituído da Empresa _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ n.º _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) - a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) - a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) - que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) - que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) - que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) - que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, tendo ciência também das sanções administrativas, cíveis e penais decorrentes de informação inverídica independente de dolo ou má fé.

Município _____ aos ____ dias do mês de _____ de _____

Assinatura



ANEXO IX

(Modelo)

DECLARAÇÃO RENÚNCIA A PRETENSÃO RECURSAL

A empresa _____ inscrita no CNPJ
(M.F.) sob o nº. _____, sediada à Rua /
Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade
de _____ Estado de _____ representada pelo Senhor
_____ CPF. _____ **DECLARA**, para os
devidos fins que **se abstém de toda e qualquer pretensão recursal**, inerente ao Pregão
Presencial nº. **011/2017**, do Município de Davinópolis, Estado de Goiás.

_____, GO,/...../.....

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)

SE HOUVER NECESSIDADE



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO COM VISTAS À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS.

CONTRATO PMD N° ____/2017.

Contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS-GO e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede Administrativa na Rua Dorcília Cândida de Jesus n° 02, Centro, Davinópolis - GO, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. **01.130.277/0001-00**, na cidade de Davinópolis, Goiás, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o senhor Robson Luiz da Silva Gomes, brasileiro, casado, portador do CPF n° 534.107.771-72, residente domiciliado na cidade de Davinópolis- GO, doravante designado **CONTRATANTE**.

1.2. CONTRATADA: _____, pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na Rua/Av. Qd. ___ Lt. ___, Setor/Bairro _____ – na cidade de _____, neste ato representado pelo senhor _____, brasileiro, _____, _____, portador do CPF n° _____ e da RG n° _____-SSP _____, residente domiciliado na cidade de _____ doravante denominada **CONTRATADA**.

2.0. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. O Município de Davinópolis-Goiás foi contemplado com o Convênio AGEHAB N° **201601000045**, recursos do Estado de Goiás, e ficará com o ônus parcial, visando a aquisição de materiais de construção complementar à título de contrapartida.

2.2. A Construção da referida Casa de Velório visa o incremento da infraestrutura do Município e terá como finalidade a realização de velórios em nossa cidade, de modo a contribuir com as famílias, uma vez que na cidade não tem local apropriado para os devidos fins.

2.3. A contratação visa ainda o cumprimento das ações de Governo inerentes às atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal.

3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. A contratação em apreço encontra guarida na **Lei Federal 10.520/2002** e está diretamente vinculada ao presente certame, aplicando-se as regras de direito administrativo e



subsidiariamente as regras dispostas **na Lei Federal 8666/93**, em função das disposições **do art. 9º, da Lei Federal 10.520/2002**, em observância as exigências por parte do Órgão de Fiscalização o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e **Instrução Normativa nº 010/2015**.

3.2. O PRESENTE PROCEDIMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 É ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2521/2017.

4.0. DO OBJETO:

4.1. O presente Procedimento de Pregão objetiva a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE VELÓRIO COM ÁREA TOTAL DE 146,66M² NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS, GOIÁS, conforme CONVÊNIO AGEHAB Nº 201601000045 - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em conformidade com as descrições e detalhamentos constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, parte deste expediente.

5.0. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS:

5.1. Os Materiais objeto deste procedimento deverão ser fornecidos pela **Contratada** ao Município de Davinópolis-GO de forma parcelada, mediante a necessidade da obra.

5.2. Os referidos Materiais deverão ser entregues pela **contratada** em **até 15 (quinze) dias corridos** após a data da **Autorização de Fornecimento** ou documento equivalente emitida pelo Contratante, devidamente assinada devendo constar o quantitativo e descrição conforme proposta apresentada pela vencedora.

5.3. A contratada deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade no local da obra **Avenida São Bento c/ Rua JK – Centro, no Município de Davinópolis – GO** ou outro local a ser definido pelo Contratante, que melhor atender as necessidades do Contratante.

5.4. Todos os Materiais licitados deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, e sem danificações que comprometam a qualidade dos produtos.

5.5. Os materiais objeto dessa licitação deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade (primeira linha), obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

5.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não sejam de 1ª qualidade, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.

5.7. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

6.0. CLAUSULA SEXTA - DO VALOR:

6.1. O CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA** pelo objeto acordado a importância total de **R\$ 00.000,00** (extenso).

7.0. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:



7.1.1. Lote 1 - R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) expressos em Cheque-Moradia, sendo liberados pela AGEHAB em 03(três) etapas: sendo 2(duas) de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e 01 (uma) de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e no final havendo restante, o mesmo será pago a título de contrapartida. E/OU

7.1.2. Lote 2 – Recurso próprio do Município.

7.2. O pagamento pelo Cheque-Moradia será efetuado conforme a Liberação pela AGEHAB, e pelo recurso próprio do Município em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos materiais, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal, atestado pelo gestor do contrato, por meio de transferência bancária ou cheque nominal.

7.3. No caso de incorreção na nota fiscal, o pagamento ocorrerá somente após a correção da nota fiscal.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

8.0. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas com a presente licitação provenientes de recurso próprio do Município terão seus custos cobertos com os recursos da Lei Orçamentária para o exercício 2017, assim classificada: 03.66.15.452.1029.1.006.4.4.90.51 - FICHA 183.

9.0. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1. O prazo estimado de execução é de 60 (sessenta) dias, conforme o cronograma da obra, contados a partir da assinatura do contrato.

9.2. O instrumento de contrato terá vigência após sua assinatura, pelo período de 60 (sessenta) dias, sendo necessária a sua publicação como condição de eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, admitida a prorrogação ou a devolução de prazo mediante documento de justificação e termo aditivo, desde que haja motivo e fundamento observados os termos do art. 57, caput, da Lei Federal 8.666/93.

10.0. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1. DA CONTRATADA:

10.1.1. Após a homologação pelo Gestor Responsável o licitante será convocado a comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

10.1.2. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação se necessário e a critério da Administração;

10.1.3. A Contratada deverá entregar os Materiais solicitados em sua totalidade.

10.1.4. Fornecer os Materiais em conformidade com o exigido neste instrumento e submeter-se à fiscalização do Contratante, com a finalidade de garantir o cumprimento das condições pactuadas.

10.1.5. Os materiais deverão em sua totalidade ser de primeira qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

Rua Dorcilia Cândida de Jesus, nº 02 - Centro - Davinópolis - GO - CEP: 75.730-000

E-mail: pmdavinopolis@hotmail.com - Fones: (64) 3697-1150 ou (64) 3697-1203



10.1.6. Quando do fornecimento por parte da Contratada, for detectado que os Materiais não apresentam características e especificações conforme exigidos no edital, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Contratante.

10.1.7. O atraso ou a falta de entrega injustificados dos Materiais no todo ou em parte causará aos Contratados Penalidades e Multas conforme disposto no termo convocatório, além das demais sanções administrativas cíveis e criminais.

10.1.8. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à entrega dos Materiais objeto ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada.

10.1.9. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.1.10. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.1.11. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.2. DO CONTRATANTE:

10.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos Materiais entregues conforme disposto neste instrumento.

10.2.2. O CONTRATANTE designará o Senhor **Carlos Alberto Ferreira Fonseca** como **Gestor do Contrato**, responsável pela fiscalização e acompanhamento de sua execução nos termos do art. 67 da Lei Federal 8666/93, conforme decreto de nomeação.

10.2.3. O CONTRATANTE se obriga a efetuar o devido pagamento a **CONTRATADA**, referente à entrega dos Materiais solicitados em conformidade com o objeto deste contrato, e remeter advertência a **CONTRATADA**, por escrito, quando os mesmos não forem entregues de forma satisfatória.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO:

O contrato poderá ser prorrogado caso haja necessidade de aditamento para acréscimo/supressão, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente justificado, ou se no prazo acordado não se constituir êxito na conclusão integral do objeto, observado as premissas do art. 57, caput da lei 8.666/93.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES OU ADITAMENTOS:

12.1. O instrumento de contrato poderá ser alterado quando necessário o **reequilíbrio econômico-financeiro, ou para acréscimos/supressões em até 25% (vinte e cinco) por cento, do valor inicial atualizado do contrato**, respectivamente, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedados acréscimos que ultrapassem os referidos



limites, sendo permitido, supressões que ultrapassem o referido limite desde que em comum acordo.

12.2. - O Instrumento de Contrato poderá ser prorrogado no caso de, antes do encerramento de sua vigência, existir de saldo não liquidado, cujo cronograma de execução não pode ser cumprido até a data prevista para sua expiração, não podendo exceder 31 de dezembro do exercício respectivo, salvo adequações condizente com o art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

12.3. – As alterações dos instrumentos contratuais serão efetivadas por meio de Termo Aditivo devidamente motivado e fundamentado.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO:

13.1. O presente acordo não sofrerá nenhum tipo de reajuste no interregno da sua vigência anual.

13.2. Poderá haver a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre as partes nos termos do Art. 65, Inciso II, “d”, da Lei Federal 8.666/93, desde que se comprove de forma inconteste, o fato imprevisível mediante motivos e fundamentos capazes de suportar o pleito:

13.2.1. O pedido de recomposição disposto no item retro será solicitado por meio de **petição formal protocolada junto à Administração**, devidamente instruída com os **fatos, fundamentos e documentos que comprovem a imprevisão para o caso especial**, cujo pedido **NÃO GERA EFEITO SUSPENSIVO QUANTO À OBRIGAÇÃO**, ou seja, o contratado não poderá suspender ou reduzir o ritmo de execução do contrato, ou mesmo se negar a entregar os materiais, até que seja analisado o pedido de **reequilíbrio**, sob pena das sanções previstas no instrumento convocatório e no termo contratual.

13.2.2. A administração terá **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, para analisar o pedido de reequilíbrio contratual. Sendo o pleito considerado improcedente, o **CONTRATADO** deverá manter suas obrigações nos termos editalícios e contratuais, sob pena das sanções cabíveis, dentre elas as sanções administrativas (INEDONEIDADE, SUSPENSÃO e IMPEDIMENTO) de contratação e pecuniárias (MULTAS).

13.2.3. O procedimento disposto no **item 13.2.2**, visa coibir algumas incidências ocorridas nos contratos celebrados em tempos pretéritos, cuja má fé do licitante se configurou ao participar do certame com preços em **LIMITE EXTREMO DE EXEQUIBILIDADE**, e **logo depois da contratação, CESSAR A OBRIGAÇÃO**, e pleitear de forma imotivada junto à Administração **reequilíbrio de contrato**, mesmo sendo advertidos na **sessão pública de abertura e julgamento**, quanto aos preços, que foram expressamente **RATIFICADOS** pelos representantes.

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

14.1. DA INEXECUÇÃO:

14.1.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, que poderá ser:



14.1.2.1. Determinada por **ato unilateral** da Administração conforme determina o Art. 79, I, da Lei Federal nº 8666/93.

14.1.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo licitatório, nos termos do Art. 79, II, da Lei Federal nº 8666/93.

14.1.2.3. Judicial, nos termos da legislação, conforme preceitua o Art. 79, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.1.3. Os casos de **rescisão unilateral de contrato** serão formalmente, instruídos em autos próprios, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

14.2.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o **descumprimento total da obrigação**, sujeitando-se às sanções deste instrumento, nos termos do art. 81, caput, da Lei Federal 8.666/93.

14.2.2. São também consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, passíveis de **rescisão unilateral do contrato**, nos termos do artigo 78, caput, da Lei Federal 8.666/93:

14.2.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.2.2.2. Retardamento imotivado da entrega dos materiais contratados que prejudique o normal andamento das atividades nos prazos estipulados;

14.2.2.3. Paralisar a execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

14.2.2.4. Cometimento reiterado de faltas no cumprimento do contato ou entrega dos produtos fora das especificações do edital;

14.2.2.5. O desatendimento de determinações regulares do gestor responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto do contrato, ou ainda o cometimento reiterado de falhas na execução do contrato;

14.2.2.6. A declaração de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, do contratado, bem como a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.2.2.7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

14.2.2.8. As rescisões contratuais serão motivadas nos autos do processo licitatório, Art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, podendo ser instruídas e analisadas em processo administrativo próprio, respeitando-se o **contraditório e a ampla defesa**, de acordo com o disposto neste edital e no termo de contrato.

14.2.2.9. Convocado no prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o licitante, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.



15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso na entrega dos Produtos e Materiais objeto do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

15.1.1. Advertência por escrito;

15.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos pela Lei.

15.1.3. Declaração de **inidoneidade** para licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme dispões o art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.1.4. Não atendimento às especificações relativas aos Produtos e Materiais previstos em contrato ou instrumento equivalente;

15.1.5. Paralisar a entrega dos Produtos e Materiais objetos do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

15.1.6. Entrega de Produtos Materiais fora das especificações do edital;

15.1.7. Sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na Lei;

15.1.8. As sanções relacionadas e previstas neste edital também poderão ser aplicadas àquele que:

15.1.8.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

15.1.8.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

15.1.8.3. Não mantiver a proposta;

15.1.8.4. Falhar ou fraudar futuro contrato;

15.1.8.5. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.8. 6. Cometer fraude fiscal.

15.1.8.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei nº 8666/93.

10.1.8.8. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do mesmo, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PENALIDADES E DAS MULTAS:

16.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais (Redação dada pelo art. 7º da Lei 10.520/2002).



16.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor solicitado, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de 0,33% ao dia sobre o saldo do valor contratado, limitado a 10% a multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente.

16.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência pelo atraso injustificado na execução do contrato;

16.3.2. Multa na forma prevista no item 16.2;

16.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e depois de ressarcido os prejuízos resultantes, para o Município pela inexecução total do objeto.

16.3.4 A sanção prevista no Item 16.3.3 é de competência exclusiva da Assessoria Jurídica, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista.

17.0. CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DO CONTRATO:

17.1. As partes dão ao presente instrumento o caráter de título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 585, Inciso II do Código de Processo Civil Brasileiro.

17.2. Fica eleito o foro da Comarca de CATALÃO para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da execução e cumprimento do mesmo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que se apresente.

17.3. E, por estarem assim justos e contratados, digitou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico do Município e, depois de lido e achado conforme pelos partícipes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi tudo aceito, sendo assinado pelo CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas.

Davinópolis-GO, aos _____ dias do mês de _____ de 2017.

**MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS
CONTRATANTE
Robson Luiz da Silva Gomes
Prefeito Municipal**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

ANEXO XI

MAPA LIMITES GEOGRÁFICOS DA MICRORREGIÃO SUDESTE DO ESTADO DE GOIÁS, DEFINIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

